



Acervos de arquitetura e SIG-Histórico: decifrando os antigos sistemas de numeração predial

***Architectural and Historical-GIS collections: deciphering the old
building numbering systems***

***Colecciones arquitectónicas y SIG-Histórico: descifrando los antiguos
sistemas de numeración de edificios***

VILLELA, Ana Teresa Cirigliano¹

BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira De Castro E Silva²

¹ Universidade de São Paulo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, São Paulo, Brasil.
anacirigliano@usp.br
ORCID: 0000-0001-6720-935X

² Universidade de São Paulo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, São Paulo, Brasil.
anacirigliano@usp.br
mariacsb@sc.usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8237-1862>

Recebido em 01/09/2021 Aceito em 04/04/2022



Resumo

O artigo relata uma experiência de pesquisa no acervo de obras particulares do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), na qual são utilizados Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para cruzar dados provenientes de documentos primários, como plantas cadastrais, livros de impostos prediais e projetos de arquitetura. Além dos documentos primários, são utilizadas como fontes da pesquisa edificações históricas remanescentes na paisagem atual. O SIG facilita esse diálogo entre arquivo e paisagem na medida em que apoia todas as informações e documentos sobre o espaço geográfico. Especificamente, apresenta uma sistemática de reconhecimento de antigos sistemas de numeração predial, apoiada em SIG, desenvolvida a partir da identificação de incompatibilidades no modo de consulta aos processos particulares do APHRP, derivadas das mudanças de endereçamento dos imóveis. O artigo pondera que este método aplicado ao recorte espacial da pesquisa, o Quadrilátero Central, viabiliza a geolocalização de projetos de arquitetura e pode ser replicado nos demais bairros da cidade de Ribeirão Preto e de outros municípios.

Palavras-Chave: Sistema de Informação Geográfica, Obras Particulares, Projeto de Arquitetura.

Abstract

The article reports a research experience in the collection of private buildings of the Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), in which Geographic Information Systems (GIS) are used to cross-reference data from primary documents, such as cadastral plans, property tax books and architectural projects. In addition to primary documents, historical buildings remaining in the current landscape are used as research sources. GIS facilitates this dialogue between archive and landscape as it supports all information and documents on geographic space. Specifically, it presents a system for recognizing old property numbering systems, supported by GIS, developed from the identification of incompatibilities in the way of querying the private processes in the APHRP, derived from changes in the address of the properties. The article considers that this method applied to the spatial cut of the research, the Quadrilátero Central, enables the geolocation of architectural projects and can be replicated in other neighborhoods in the city of Ribeirão Preto and other municipalities.

Key-Words: *Geographic Information System, Private Buildings, Architectural Project.*

Resumen

El artículo relata una experiencia de investigación en la colección de obras privadas del Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), en el que se utilizan Sistemas de Información Geográfica (SIG) para cruzar datos de documentos primarios, como planos catastrales, impuestos libros edificios y proyectos arquitectónicos. Además de los documentos primarios, los edificios históricos que quedan en el paisaje actual se utilizan como fuentes de investigación. El SIG facilita este diálogo entre archivo y paisaje, ya que apoya toda la información y documentos sobre el espacio geográfico. En concreto, presenta un sistema de reconocimiento de antiguos sistemas de numeración de tierras, apoyado en SIG, desarrollado a partir de la identificación de incompatibilidades en la forma de consultar los procesos particulares del APHRP, derivados de cambios en la dirección de las propiedades. El artículo considera que este método aplicado al corte espacial de la investigación, el Quadrilátero Central, permite la geolocalización de proyectos arquitectónicos y puede ser replicado en otros barrios de la ciudad de Ribeirão Preto y otros municipios.

Palabras clave: *Sistema de Información Geográfica, Obras Privadas, Proyecto de Arquitectura.*



1. Introdução

Os acervos documentais são fontes de riquíssimo valor para desvelar a produção da arquitetura e da cidade ainda pouco explorada pela historiografia. Os acervos de arquitetura “são testemunhos de ideias e de práticas de trabalho que constituem importantes documentos para os estudos da arquitetura, da cidade, das artes, das técnicas, das profissões e de suas relações com a sociedade” (IAB, 2020). É importante destacar que os documentos de arquitetura são, antes, “originários de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas” e “preservados a título de prova ou referência” (FERREIRA, 2021, p. 5). Nesse sentido, são muitos os desafios relativos à sua salvaguarda, organização, catalogação e conservação, apresentados de forma concomitante às várias possibilidades historiográficas abertas a partir da sua sistematização, ampliação e contextualização junto a uma série de outros documentos dispersos em arquivos¹ nacionais, estaduais e municipais.

O artigo relata uma experiência de pesquisa no acervo de obras particulares do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP) desenvolvida no âmbito da tese “Transformações da paisagem urbana: o Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (1884-1949)”, em curso no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Na pesquisa, realizamos interpolações desse acervo com documentos primários encontrados em outros arquivos, inclusive particulares, e com edificações históricas remanescentes na paisagem atual, utilizando Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Especificamente, o artigo trata de um problema recorrente nas pesquisas documentais no que se refere à geolocalização dos projetos de arquitetura de obras particulares e que inviabiliza o georreferenciamento de dados em SIG ou mesmo a compreensão das relações entre a produção arquitetônica e o espaço urbano. Tal dificuldade deriva das sucessivas mudanças nos sistemas de numeração predial sem que tenham sido adequadamente documentadas ou, ao menos, encontrem-se acessíveis ao público os respectivos registros.

A partir do recorte espacial da pesquisa, o Quadrilátero Central de Ribeirão Preto² (Figura 1), elaboramos um método de compatibilização dos antigos sistemas ao adotado atualmente para viabilizar a espacialização dos dados e que, futuramente, poderá contribuir para agilização da consulta aos processos de obras particulares do APHRP.

Apesar de partirmos de um contexto local, dificuldades semelhantes podem ser identificadas em outras cidades da região. Assim, esperamos que o método proposto possa ser reproduzido e adaptado a outros acervos não apenas para fins de georreferenciamento, mas também como um facilitador dos procedimentos despendidos para consulta ao conteúdo de tais processos em arquivos municipais.

¹ Entende-se por arquivo o “órgão receptor, que recebe por transferência ou recolhimento o material naturalmente acumulado por instituições públicas ou privadas” (FERREIRA, 2021, p. 6).

² A Área Especial do Quadrilátero Central “abrange a área urbana situada entre as avenidas Nove de Julho, Independência, Francisco Junqueira e Jerônimo Gonçalves, a qual será objeto de programa de reestruturação e requalificação urbana” (RIBEIRÃO PRETO, 2007, p. 2).



Figura 1: Localização de Ribeirão Preto e do Quadrilátero Central.



Fonte: Material da pesquisa elaborado sobre fotos aéreas do Google Earth, Image © 2021 Maxar Technologies.



2. “O que procuramos em um arquivo?”

A princípio, não formulamos uma resposta objetiva para esta indagação de Ariella Azoulay (2017), sobretudo porque o rol de documentos que poderiam contribuir para o entendimento do processo de transformação do Quadrilátero Central é bastante amplo. Por outro lado, nosso interesse pela produção edilícia urbana acabou nos conduzindo ao Fundo Prefeitura Municipal, que representa “a maior parcela do acervo do Arquivo, refletindo todas as áreas de intervenção do poder público face à demanda social de serviços” (APHRP, 1996, não paginado). Além dos documentos catalogados, ao longo da pesquisa, “esbarramos” em documentos “perdidos” no APHRP, tais como cadastros urbanos, livros de impostos prediais, fotografias não catalogadas, requerimentos soltos em caixas, dentre tantos outros. Por maior que tenha sido nosso esforço em pré-definir os tipos de documentos que atenderiam aos objetivos da pesquisa, seria um erro ignorar as possibilidades investigativas que se apresentavam através desses documentos, sobretudo ao considerarmos a dialética de preservação e cancelamento presente nos arquivos, conforme aponta Azoulay (2017)

Dentre os documentos consultados, as plantas de cadastros urbanos e os livros de impostos prediais foram fundamentais para decifrar antigos sistemas de numeração predial vigentes na primeira década do século XX em Ribeirão Preto. Sem eles, dificilmente conseguiríamos georreferenciar³, com precisão, os projetos de arquitetura aprovados para lotes no Quadrilátero Central antes da adoção do atual sistema de numeração predial, o que só aconteceu em 1948 (RIBEIRÃO PRETO, 1948).

Ribeirão Preto teve origem como patrimônio religioso, fruto da doação de terras feitas por fazendeiros em meados do século XIX. Os limites das terras doadas estão inseridos no atual Quadrilátero Central, que corresponde ao recorte espacial da pesquisa. Trata-se, portanto, do núcleo de ocupação urbana mais antiga. Todavia, da arquitetura oitocentista restou apenas a antiga Casa de Câmara e Cadeia, cuja construção foi iniciada no final da década de 1880. Na primeira década do século XX, as casas de taipa foram demolidas e substituídas por construções de tijolos, algumas das quais ainda remanescem na paisagem atual.

As rugosidades da paisagem (SANTOS, 2012) nos dão indícios de um intenso processo de transformação que estudamos a partir de uma abordagem inédita sobre a cidade, com enfoque sobre a arquitetura de caráter menor. Essa produção, como já esclarecia Gustavo Giovannoni no início do século XX, contém testemunhos da arquitetura corrente de diversas épocas, cujo valor deve ser reconhecido tanto pelo seu caráter coletivo como pelas relações travadas com os monumentos grandiosos (KÜHL, 2013). No cenário brasileiro, coube a Ricardo Severo ressaltar, nas conferências proferidas em 1914 e 1915, que seriam as casas urbanas, destinadas às mais diversas funções, as responsáveis por conferir a característica arquitetônica da cidade (SEVERO, 1916).

Na historiografia local, até a primeira década do século XXI, predominou o que Friedrich Nietzsche chamou de história monumental, na qual “apenas o que é grande sobrevive” (NIETZSCHE, 2003, p. 19). Na história da arquitetura e do urbanismo, essa tendência se manifesta através da ênfase conferida às grandes obras e aos grandes arquitetos (CANIGGIA e MAFFEI, 1995). Em Ribeirão Preto, há uma estreita relação entre as obras estudadas, de caráter monumental, e o período cafeeiro, responsável pelo desenvolvimento da cidade entre finais do século XIX e o início da década de 1930. Com frequência, são mencionadas nas pesquisas acadêmicas as sedes das instituições de poder e os palacetes onde moravam os fazendeiros do café, sem dúvida, importantíssimos exemplares da arquitetura local. Por outro lado, a ênfase quase exclusiva sobre essas obras invisibiliza outra parte da produção arquitetônica, destinada ao exercício das atividades cotidianas e ocupada por personagens anônimos, ao menos sob o ponto de vista historiográfico. Trata-se, portanto, de uma arquitetura

³ A espacialização – ou georreferenciamento – consiste na atividade de associar dados provenientes das mais diversas fontes às coordenadas de localização absoluta, isto é, todo dado é traduzido em pontos, polígonos ou linhas apoiados em um sistema de coordenadas geográficas conhecidas.



comum, pouco conhecida e que raramente tem seu valor cultural reconhecido. Dentre outras razões que não nos cabem mencionar, tais fatores contribuem para uma perda sistemática da arquitetura menor, dela restando alguns documentos, ou fragmentos deles.

Assim como a história, os documentos também não são “lentes transparentes” do passado (KARNAL; TATSCH, 2009). Ambos podem ser compreendidos como representações fortemente marcadas pela tendência à monumentalização. Reflexo disso é o fato de as grandes obras estarem catalogadas em planilhas elaboradas pela equipe do APHRP e destinadas aos pesquisadores, enquanto as obras menores requerem consultas complexas e, eventualmente, ineficazes por meio de protocolos obtidos na Secretaria do Planejamento e Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (SPGP-PMRP).

Um dos grandes desafios da pesquisa foi reunir a documentação disponível sobre a arquitetura menor do Quadrilátero Central e compreender o seu papel na transformação da paisagem, seja por meio dos diferentes estilos, usos e gabaritos, seja pelas relações com as obras públicas e grandiosas. A espacialização dos dados históricos relativos a cada um dos lotes da área de estudo foi, portanto, indispensável. Na pesquisa, o SIG viabilizou esse processo, mas não dispensou as demoradas pesquisas nos acervos (físicos e digitais) para que pudéssemos finalmente atingir a etapa de georreferenciamento dos dados.

Levantamos três categorias de documentos, sendo eles de natureza gráfica (plantas e mapas), fotográfica (fotografias aéreas, de logradouros e edificações) e bibliográfica (livros de impostos prediais, livros de aprovação de plantas, almanaques, revistas de circulação nacional, estadual e municipal, dentre outros). Tais documentos representam a arquitetura e a cidade em diferentes tempos e escalas, e, apesar das linguagens distintas, mantêm o papel como suporte comum. Diante dessa condição, entre o levantamento documental e o georreferenciamento, foi necessário digitalizar todos os documentos, tratar as imagens e sistematizar todo o material para que então pudéssemos dar início à etapa de espacialização de dados.

A pesquisa documental se deu nos repositórios digitais da Biblioteca Nacional (BN Digital) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), nos acervos físico e digital do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP) e no acervo particular das fotografias digitalizadas de Tony Miyasaka.

Na base de dados digital da Biblioteca Nacional, encontramos uma exígua coleção de fotografias de edificações e logradouros notórios, tais como escolas e praças, produzidas pela Casa Beschizza para ilustrar cartões-postais que circularam pelo país na década de 1920. As fotos exaltavam a cidade como a “capital do café”, mas ainda assim de grande valia para a pesquisa porque, nos planos de fundo, enxergamos outra cidade, marcada por edificações singelas e pouquíssimo conhecidas pela historiografia. Raramente essa produção seria o foco dos fotógrafos. A maioria deles trabalhava sob encomenda, fazendo retratos de família ou registrando edificações públicas, religiosas e pertencentes às elites. Um novo olhar sobre a cidade surgiu com o fotógrafo Tony Miyasaka, que, a partir da década de 1950, além das grandes obras, registrou aspectos cotidianos da cidade, inclusive, por meio de fotografias aéreas. Há um número considerável de fotos de sua autoria no APHRP, porém, foi no acervo particular, mantido pela filha do fotógrafo, Elza Miyasaka, que encontramos registros preciosos de uma paisagem em constante transformação.

Outra aproximação possível com esses aspectos cotidianos da cidade se deu a partir das séries de almanaques disponíveis na BN Digital, como o *Almanak Laemmert*, que anualmente arrolava estabelecimentos comerciais e industriais e profissionais atuantes na cidade. Aqui, ao invés dos aspectos formais, entrevistados nas fotografias, nos deparamos com usos e nomes de profissionais, integrantes de uma classe de trabalhadores livres que vinha suprimindo a necessidade de mão-de-obra, antes escrava, desde finais do século XIX.



Almanaques da província e do estado reforçam o dinamismo que marcou a cena urbana na virada do século XIX para o século XX. Para fins de espacialização, tais almanaques nos foram bastante úteis por conterem dados de endereço, ao contrário dos almanaques locais, onde constam apenas os nomes dos profissionais categorizados pela atividade exercida. Certamente os livros de impostos de profissões poderiam auxiliar na identificação de todos eles, bem como dos locais onde trabalhavam. No entanto, dos livros que poderiam ter correspondências temporais com outros documentos levantados restaram apenas páginas soltas, muitas já perdidas.

Às fotografias e aos almanaques, somamos outras centenas de fotografias e milhares de projetos de arquitetura, além de plantas cadastrais urbanas e livros administrativos, disponíveis no APHRP. Muitas das fotografias do APHRP já se encontram digitalizadas, de modo que escaneamos apenas aquelas não catalogadas. Quanto às plantas cadastrais, apenas uma delas possui arquivo digital. As demais foram escaneadas ou fotografadas para posterior georreferenciamento em ambiente SIG. Já os projetos de obras públicas e particulares foram todos escaneados ou fotografados. Assim, conseguimos criar um banco de imagens, composto por reproduções de plantas cadastrais urbanas, projetos de arquitetura e fotografias, que posteriormente foi georreferenciada juntamente com uma série de outros dados, provenientes das fontes bibliográficas, relativos a endereço, propriedade, usos, etc..

Além das fontes de arquivo, recorreremos também ao que chamamos de fontes materiais, ou seja, as edificações que correspondiam ao período estudado. Registramos esses exemplares por meio de fotografias produzidas *in loco* e os reconhecemos por meio de análises visuais, buscando elementos característicos de estilos e tipos comuns na primeira metade do século XX. A princípio, desconhecíamos as datações desses exemplares e qualquer documentação relativa a antigos proprietários ou autores do projeto. Munimo-nos assim de uma espécie de arqueologia do olhar (PESAVENTO, 2004) ao confrontarmos as duas categorias de fontes – arquivísticas e materiais – buscando recuperar, dentre outras informações, aquilo que já não existe mais no presente, e compreender os significados daquilo que resistiu ao tempo. As relações entre tais categorias começaram a ganhar novos contornos quando associamos os dados obtidos nos documentos às coordenadas de localização com apoio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Conforme aponta Bol *et al.* (2009), a visualização de dados espacializados acrescenta algo novo mesmo para temas e objetos bastante conhecidos. “Nesse sentido, deve-se notar que a tecnologia GIS abre caminho para a modelagem matemática de relações espaciais, incluindo análise de rede, regressão espacial e outras formas de análise espacial” (BOL *et. al.*, 2009, p. 3, tradução nossa).

Sistemas de Informação Geográfica têm sido utilizados em pesquisas na área de história urbana, pois permitem a visualização e análise de dados relativos aos processos edilícios de forma espacializada e intercruzada a fontes diversas. É possível georreferenciar mapas, plantas cadastrais urbanas e outros tipos de representação cartográfica que nos informam aspectos da paisagem como um todo. Mas também é possível espacializar dados na escala do edifício, como aqueles obtidos por meio dos processos de obras particulares e inventários de obras públicas. Todavia, “espacializar os dados na escala do edifício não é tarefa fácil, implica em risco de imprecisão, mas permite entrever aspectos invisíveis do processo, suas dinâmicas, ritmos e lógicas” (BUENO, 2016a, p. 443). Essas dificuldades são minimizadas quando se trata de edifícios públicos, pois alguns são reconhecíveis nos mapas e plantas cadastrais urbanas e outros ainda estão preservados na atualidade.

Apesar de bastante profícua, a espacialização de dados relativos à arquitetura esbarra em questões de ordem prática, nem sempre contempladas pela literatura sobre o tema. Aproveitamos o ensejo da publicação da edição temática *Arquivos e Acervos em Arquitetura e Urbanismo* da revista *Paranoá*, para discorrer sobre as dificuldades de localizar no perímetro do Quadrilátero Central os projetos de arquitetura do acervo de obras particulares do APHRP. Muito embora os processos de aprovação das obras particulares contenham, em sua maioria, dados de propriedade e endereço, ambos foram



modificados com o passar dos anos. Particularmente, as sucessivas alterações nos sistemas de numeração predial dificultam – ou mesmo inviabilizam – a espacialização de dados na escala do edifício. Isso ocorre porque os endereços contidos nas capas dos processos e/ou nas pranchas de desenho não correspondem aos atuais e não dispomos de nenhum registro com tais equivalências.

Para suprir essa lacuna, desenvolvemos um método de reconhecimento de dois sistemas de numeração predial, que vigoraram na primeira metade do século XX. Como fontes, utilizamos as plantas cadastrais urbanas e os livros de impostos prediais de 1910 e 1918. As plantas foram georreferenciadas e as edificações nelas representadas vetorizadas em SIG. Para cada um dos vetores gerados atribuímos dados de propriedade e endereço, o que viabilizou a localização de centenas de projetos de obras particulares.

3. O acervo de obras particulares do APHRP

No APHRP, estão armazenados processos de obras públicas e particulares. Sobre as obras públicas, há vários dossiês, contendo desde pranchas de projeto, notas fiscais, memoriais descritivos, notícias de jornal, etc. Dentre as obras públicas localizadas no Quadrilátero Central, há seis dossiês, inclusive de edificações já perdidas, como o Teatro Carlos Gomes, demolido, e o Mercado Municipal, incendiado. Já os processos de imóveis particulares contabilizam aproximadamente 10.000 caixas, cobrindo o arco temporal de 1910 a 1979⁴. Os registros anteriores a 1910 estão restritos ao período de 1902 a 1913 e constam no livro administrativo intitulado *Relação das plantas de construção e reconstrução aprovadas pela Câmara*. Não há, portanto, registros de projetos anteriores a 1902.

As obras particulares estão armazenadas em pastas identificadas com o número do processo e a data de aprovação e, muitas vezes, também contamos com o endereço, o nome do proprietário e/ou do construtor responsável. Dentro das pastas dos processos datados até meados da década de 1930, há apenas a(s) prancha(s) de projeto, a partir de então, constam os pedidos de aprovação e os memoriais descritivos. Devido à fragilidade do material, abrimos apenas as pastas que se referiam a lotes do Quadrilátero Central. Fizemos essa triagem com base nos dados de endereço contidos nas capas dos processos, mas, em algumas capas, os dados são apresentados de forma parcial, contendo, por exemplo, somente o nome do proprietário ou apenas o nome da rua, sem a indicação do número do imóvel. Nesses casos, verificamos o conteúdo da prancha e, em se tratando de lotes localizados na área de estudo, procedemos à digitalização, junto aos demais. Também utilizamos câmera fotográfica para registrar as folhas menores ou que se encontravam muito frágeis para o escaneamento. Outras, já muito danificadas, não foram sequer abertas, sendo apenas anotados os dados presentes nas capas, sem a digitalização do conteúdo gráfico.

Finalizada a digitalização e o tratamento das imagens, iniciamos a etapa de espacialização dos dados. Essa etapa requer o conhecimento das coordenadas geográficas das edificações representadas nos projetos de arquitetura, o que nem sempre é uma tarefa fácil. A título de comparação, para atribuir coordenadas geográficas a uma fotografia, mesmo quando se trata de material catalogado, com os respectivos descritores, buscamos elementos na imagem que permitam precisar o exato local em que o fotógrafo estava quando capturou aquela cena. No caso da atribuição de coordenadas aos projetos de arquitetura, temos duas situações possíveis em função da existência ou não do imóvel na paisagem atual. Quando sabemos ao menos a rua em que a edificação foi projetada e ela, além de construída, foi preservada, o georreferenciamento é relativamente simples. Primeiramente, buscamos imóveis na rua em questão com características similares àquelas representadas nos desenhos de arquitetura, especialmente nas fachadas. Se encontradas, fazemos análises comparativas mais cuidadosas, buscando identificar até nos mínimos elementos arquitetônicos a correspondência entre o

⁴ Os processos posteriores a 1979 estão arquivados na Secretaria de Planejamento e Gestão Pública.



objeto edificado e o objeto representado.

No entanto, a maior parte do acervo de obras particulares consultada no âmbito da pesquisa é constituída por projetos de edificações já demolidas ou significativamente alteradas. Ademais, não encontrando os exemplares construídos, não podemos afirmar, de antemão, que as edificações tenham sido, de fato, demolidas. Algumas delas, apesar de aprovadas, não chegaram a ser construídas. Considerando uma série de fatores e com apoio de SIG, elaboramos um método para localizar esses projetos, independentemente de possuírem ou não correspondências materiais.

O primeiro fator a ser considerado diz respeito às mudanças nos nomes de ruas. No caso do Quadrilátero Central, elas foram poucas e já contempladas em estudos de memorialistas (EMBOABA, 1955) e historiadores (ROSA; REGISTRO, 2007). A análise comparativa dos documentos cartográficos disponíveis na mapoteca do APHRP nos permite ainda datar tais alterações, que acompanham o crescimento urbano e as homenagens póstumas prestadas a personagens notórios da história local.

Contudo, ao traçar equivalências entre os antigos sistemas de numeração predial e o atual, verificamos que não dispomos de fontes suficientes para efetuar as localizações dos respectivos projetos. No acervo do APHRP, encontramos apenas dois livros com indícios de alterações nos números prediais. O primeiro livro, sem data e intitulado *Reemplacamento*, contém páginas onde deveriam estar arrolados todos os imóveis urbanos e os respectivos números. Curiosamente, somente as primeiras páginas foram preenchidas com os nomes dos proprietários e os números dos imóveis de uma única rua (Rua Visconde do Rio Branco). As demais páginas foram deixadas em branco. O segundo livro é intitulado *Registro dos Números dos Prédios - Antigo e Moderno*, datado de 1949. Mais uma vez, o registro e a compatibilização entre os sistemas de numeração se restringiram à mesma rua contemplada no livro anterior, ficando muitas incertezas com relação aos demais logradouros. Ainda que contenha dados de uma única rua, é possível verificar que, no primeiro livro, houve apenas uma renumeração dos imóveis, sem que houvesse uma mudança no sistema de numeração propriamente dito. Isso aconteceria apenas em 1948, quando a Lei n. 29 instituiu o sistema métrico. Desde então, o número de cada prédio passou a corresponder, aproximadamente, à distância em metros, medida pelo eixo da via, desde sua origem até o meio da soleira. As referências para definição dos pontos de origem das ruas foram mantidas, sendo elas o córrego do Retiro (atual Avenida Doutor Francisco Junqueira) e o ribeirão Preto (atual Avenida Jerônimo Gonçalves). Com base nesses referenciais, os imóveis à direita receberam números pares e aqueles à esquerda receberam números ímpares (RIBEIRÃO PRETO, 1948).

Com exceção dos imóveis localizados na Rua Visconde do Rio Branco e nas esquinas, os demais eram, para nós, verdadeiras incógnitas quanto às suas coordenadas geográficas. Afinal, onde, por exemplo, estaria localizada a edificação aprovada para ser construída no número 23-25 da Rua José Bonifácio, no ano de 1923? A princípio, a questão pode parecer irrelevante sob o ponto de vista historiográfico, o que demonstraremos não ser.

Analisemos, então, a situação mais recorrente acerca das consultas ao acervo de obras particulares no APHRP. Geralmente, ela parte de interessados em fazer intervenções sobre imóveis existentes, tais como arquitetos e engenheiros que enxergam fins práticos nos projetos, bem como estudantes e pesquisadores que desejam estudar determinadas obras em função do seu valor histórico e/ou artístico. Independentemente da finalidade, a consulta aos processos requer a solicitação da Folha de Informações junto à Secretaria do Planejamento e Gestão Pública, informando-se o endereço atual do imóvel. Caso a edificação tenha sido demolida e se desconheça o seu número, dificilmente será possível gerar esse documento e, conseqüentemente, ter acesso ao projeto. Caso a Folha de Informação seja gerada, é nela onde consta o número do processo, que é utilizado para consulta no APHRP. Assim, uma Folha de Informação na qual consta “Processo: 1949 000034” se refere ao imóvel aprovado sob processo número 34 no ano de 1949. Como os projetos estão arquivados de acordo com o ano de aprovação, no APHRP, o funcionário busca as caixas relativas àquele ano e, dentro da

caixa, a pasta com o número do processo.

No entanto, nem sempre os dados de processo contidos nas Folhas de Informação correspondem às características do imóvel de interesse. Isso acontece porque as folhas são emitidas com base nos endereços atuais e os processos aprovados até 1948 não obedeciam ao sistema métrico de numeração predial. Por exemplo, se o objeto da consulta fosse o processo do imóvel situado à Rua José Bonifácio, 23-25, ele não seria encontrado por meio desse sistema, pois atualmente o mesmo imóvel está inscrito sob o número 244. Há apenas alguns processos com documentação atualizada. Como consultamos todos os processos de 1910 a 1949, e filtramos aqueles localizados no Quadrilátero Central, utilizamos do SIG para localizar esses processos “perdidos”. Foi o caso do imóvel da Rua José Bonifácio, no qual verificamos fortes similaridades entre o imóvel e o desenho, tanto na fachada como em sua implantação Figura 2.

Figura 2: Edificação à Rua José Bonifácio e detalhe da fachada (Processo n. 95 de 1922)

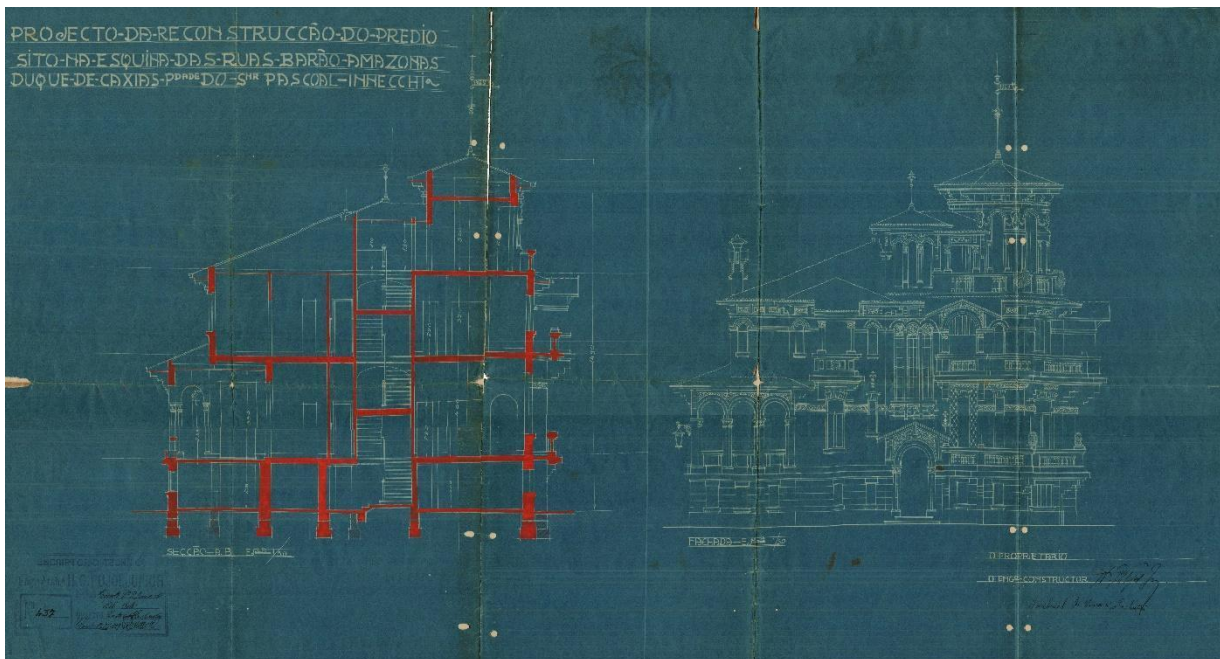


Fonte: Material da pesquisa, 2020; APHRP.

Como podemos observar no comparativo entre a edificação tal como se encontra hoje e o desenho da fachada, datado de 1922, houve o acréscimo de um andar, além de pequenas alterações em ornamentos e elementos compositivos da fachada. Essa peculiaridade reforça o caráter dinâmico de transformação da arquitetura e da paisagem, que se iniciava ainda na prancheta dos profissionais da construção civil. Também evidencia a necessária sistematização de acervos em arquitetura e urbanismo com base em fatores que facilitem o seu acesso universal, seja para atender fins práticos ou de pesquisa.

Dentre tantos aspectos, o acesso aos acervos é fundamental para que as narrativas históricas possam ser ampliadas, reconhecendo também o valor da arquitetura menor. Por isso, trazemos um segundo exemplo, relativo ao Palacete Innechi, uma edificação bastante conhecida pela população local e frequentemente mencionada em pesquisas acadêmicas. O projeto, de autoria do engenheiro-arquiteto Hypolito Gustavo Pujol Junior, é datado de 1929 (Figura 3). A edificação foi demolida na década de 1970, mas conta com fotografias e pranchas de projeto catalogadas e de fácil acesso ao pesquisador.

Figura 3: Prancha do projeto do Palacete Innechi (Processo n. 200 de 1929)

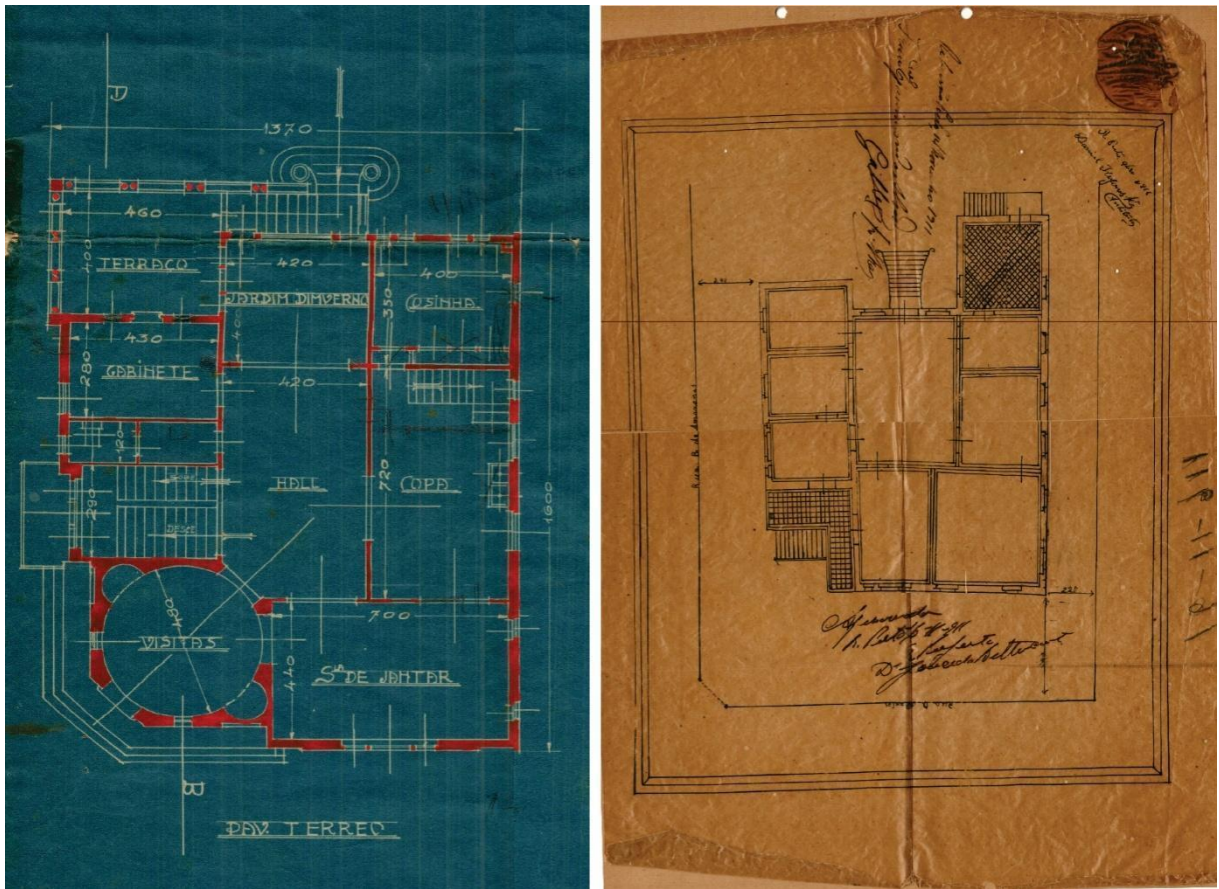


Fonte: APHRP.

Em nossas pesquisas, encontramos o projeto de construção da residência que antecedeu o palacete, assinado pelo arquiteto Daniel Kujawski e pelos construtores Gallo & Filho e datado de 1911. Uma obra completamente desconhecida na historiografia local, sem nenhum registro fotográfico conhecido, mas que revelou aspectos bastante interessantes do palacete. As pranchas assinadas por Pujol Júnior são intituladas *Projecto da Reconstrucção do Prédio sito na esquina das Ruas Barão Amazonas Duque de Caxias de propriedade do Sr. Pascoal Innechi*. Ou seja, apesar de ser um dado conhecido a existência de outra edificação no mesmo terreno, não se conheciam as suas características formais e espaciais. O projeto de 1911 contém apenas uma planta, sem a indicação dos ambientes. Ainda assim, conforme apresentado na Figura 4, podemos constatar que parte da estrutura pré-existente foi aproveitada no pavimento térreo do palacete. Um documento como esse só vem à tona quando são empreendidas consultas sistemáticas, caixa a caixa, processo a processo. A partir de então verificam-se quantas camadas se sobrepõem na paisagem urbana ao longo do tempo e quais delas são reconhecidas pela história.

No APHRP, consultamos 9.116 processos, relativos ao período de 1910 a 1949. Há milhares de outros datados de 1950 a 1979, mas que não fizeram parte do recorte da pesquisa. Dentre os processos do APHRP, há apenas 458 catalogados, relativos a edificações e sítios mais pesquisados. Dentre eles, citamos a Cervejaria Paulista à qual estão associados quatorze desses processos e a Companhia Antártica Paulista, que contém vinte processos datados desde 1911 até 1949. Os demais, que se referem à produção arquitetônica de caráter menor, esbarram não só nas dificuldades de consulta devido às mudanças nos sistemas de numeração predial, mas também no próprio silenciamento dos documentos relativos a essas edificações porque desprovidas de características excepcionais.

Figura 4: Detalhe da planta térrea do Palacete Innechi (Processo n. 200 de 1929) e prancha do projeto da residência pré-existente no lote (Processo n. 101 de 1911)



Fonte: APHRP.

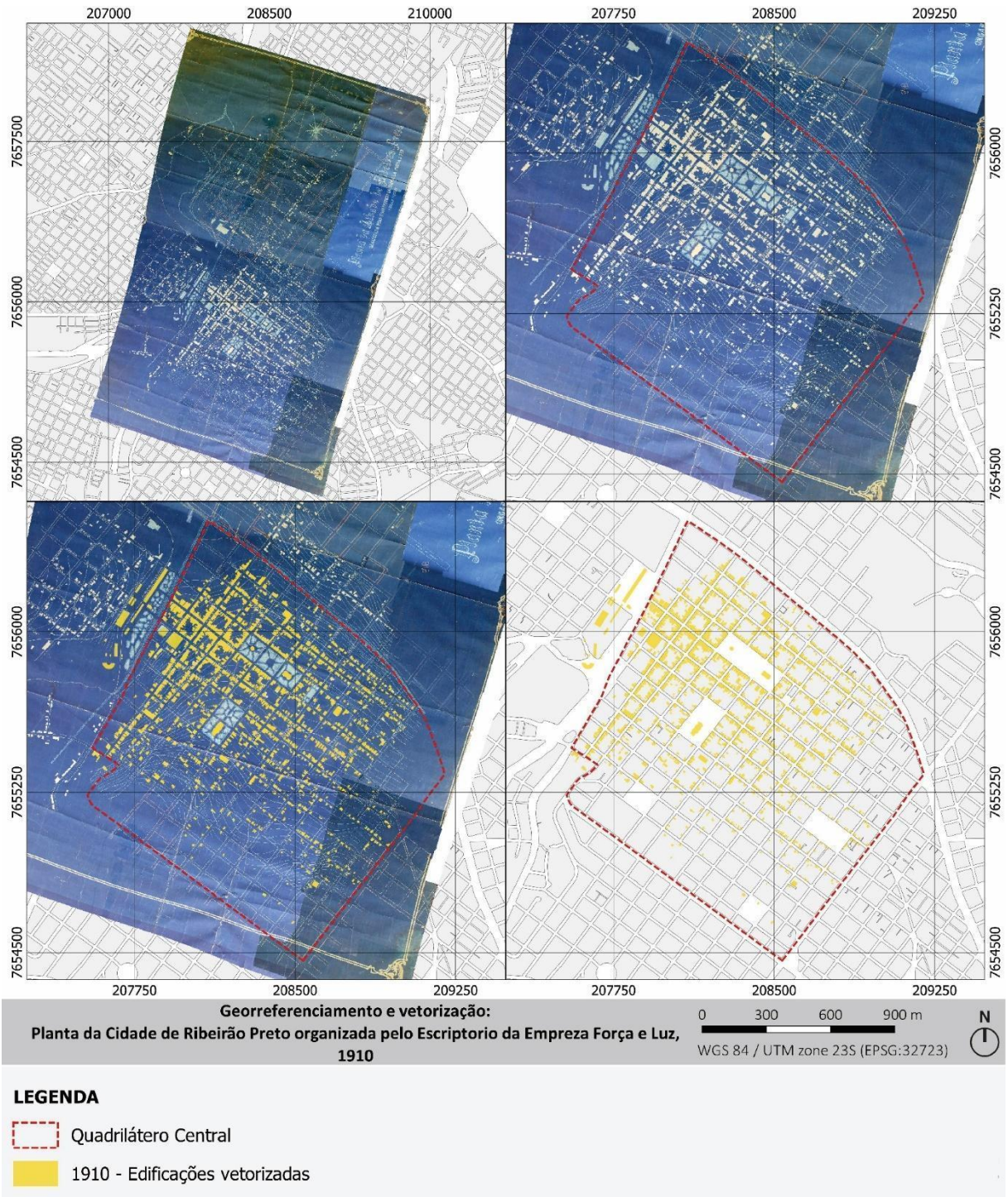
Sistematizar um acervo pujante como o do APHRP é um longo trabalho e que demanda recursos para aquisição de equipamentos, mas, principalmente, tempo. Infelizmente, não dispusemos de financiamentos ou auxílios para realização da pesquisa, por isso, recorremos a equipamentos de baixo custo e *softwares* gratuitos, que geraram, a nosso ver, excelentes resultados. Usamos um *scanner* de mão e uma máquina fotográfica profissional para digitalizar os documentos do APHRP e o *software* QGIS para georreferenciamento de dados e documentos.

3.1 Plantas cadastrais

Para especialização dos projetos arquitetônicos usamos como base cartográfica a *Planta da Cidade de Ribeirão Preto organizada pelo Escripório da Empresa Força e Luz*, de 1910 (Figura 5), e a *Planta Cadastral de Ribeirão Preto contendo dados referentes à canalização de Água e Exgottos*, de 1918 (Figura 6). Ambas foram georreferenciadas e vetorizadas em SIG.



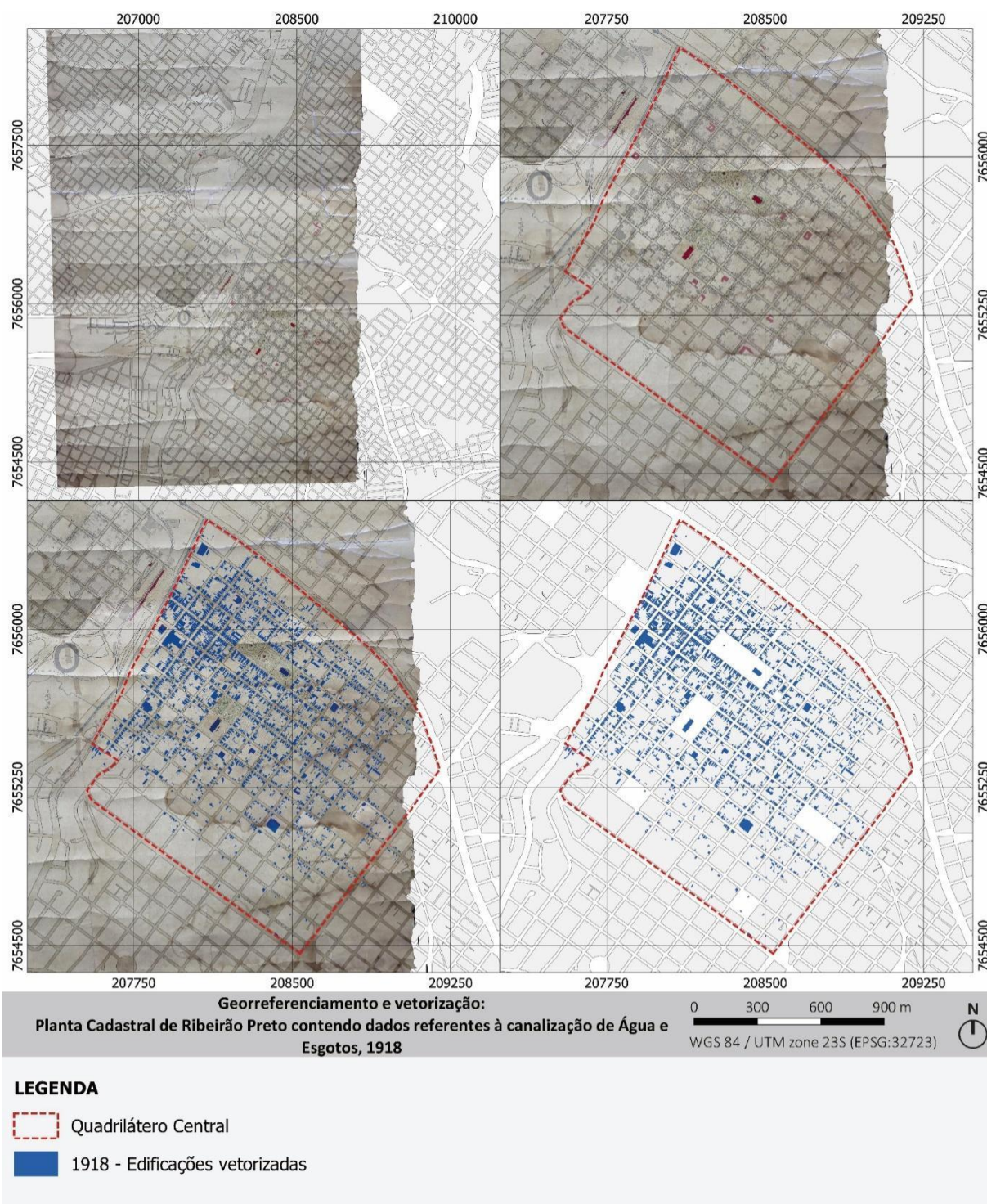
Figura 5: Processo de georreferenciamento e vetorização da Planta da Cidade de Ribeirão Preto organizada pelo Escritório da Empresa Força e Luz (1910)



Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir de planta cadastral do APHRP.



Figura 6: Processo de georreferenciamento e vetorização da Planta Cadastral de Ribeirão Preto contendo dados referentes à canalização de Água e Esgotos (1918)



Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir de planta cadastral do APHRP.

O processo de georreferenciamento e vetorização das plantas cadastrais de 1910 e 1918 foi relativamente simples. Utilizamos a base cartográfica de 2016, cedida pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (PMRP). Como houve pouquíssimas alterações na malha urbana do Quadrilátero

Central, foi possível associar uma série de pontos presentes nas plantas cadastrais e nas ortofotografias por meio da ferramenta *Georreferenciador* do QGIS. Em seguida, utilizamos a ferramenta *Polígono* para vetorizar as edificações representadas em cada uma das plantas, sendo que usamos vetores amarelos para as edificações de 1910 e azuis para 1918.

Finalizada a vetorização, demos início à atribuição de dados a cada um dos vetores. Como fonte, utilizamos os livros de impostos prediais contemporâneos a cada uma das plantas, isto é, referentes aos anos de 1910 e 1918. No entanto, a correspondência entre os vetores, conforme representados nas plantas originais, e os números dos imóveis, tal como arrolados nos livros de impostos, demandou estratégias pouco convencionais, conforme explicaremos a seguir.

3.2 Livros de impostos prediais

Nos livros de impostos prediais, os cobradores municipais registravam, rua a rua, os imóveis particulares, anotando o nome do proprietário, o(s) número(s) do imóvel, os valores de locativo e o valor do imposto lançado. Em geral, o trajeto dos cobradores se iniciava na origem da rua, isto é, nos cursos d'água, de modo que os registros apresentavam os números prediais em sequência crescente. Eventualmente, esses percursos eram invertidos, mas mantinha-se a hierarquia das ruas percorridas: primeiramente, todas as ruas paralelas ao córrego do Retiro, da Rua Visconde do Rio Branco até a Rua Bernardino de Campos e, em seguida, todas as paralelas ao ribeirão Preto, da Avenida Jerônimo Gonçalves até a Rua Marechal Deodoro (ver mapa da Figura 1).

Em SIG, adotamos o mesmo percurso dos cobradores de impostos, atribuindo dados a cada um dos vetores, como exemplifica a Figura 7.

Figura 7: Livro de impostos prediais e trecho da planta de 1910 relativos à Av. Jerônimo Gonçalves.

numero Aviso do camento	NOME DO PROPRIETARIO	NATUREZA	N.º
1	Ramigio Barrossi	Predial	16
2	Joaquim Dias Tassara	Predial	12,14
3	Sedro Puggia	Predial	6,8
4	Piedade Nigario	Predial	6,8
5	C.º Antonio P. Eug. Sampaio	Terraco	
6	Antonio Bianconi	Predial	4
7	D.ª Lucia Frolini	Predial	2

Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir de livro de impostos e planta cadastral de 1910, disponíveis no APHRP.

Na planta de 1918, as edificações e lotes foram representados individualmente, o que facilitou a atribuição de dados com base no livro de impostos do respectivo ano. Inclusive, percebemos algumas particularidades nas anotações desse livro, exemplificadas pela Figura 8. A figura contém a reprodução de trechos das páginas com a relação de imóveis situados à Rua General Osório. Nas

linhas 289 e 417, constam os imóveis de propriedade de Joaquim Serra e Maria dos Santos, respectivamente, sendo que o primeiro corresponde ao número predial 40-42 e o segundo ao 21-23. Notamos ainda que, além da numeração pela Rua General Osório, constam os números pela Rua José Bonifácio, indicada pelas siglas J.B, à frente. No caso do imóvel de Joaquim Serra, lemos “44 J.B.” e, no seguinte, “46,44 J.B.”.

Figura 8: Livro de impostos prediais e trecho da planta cadastral de 1918.

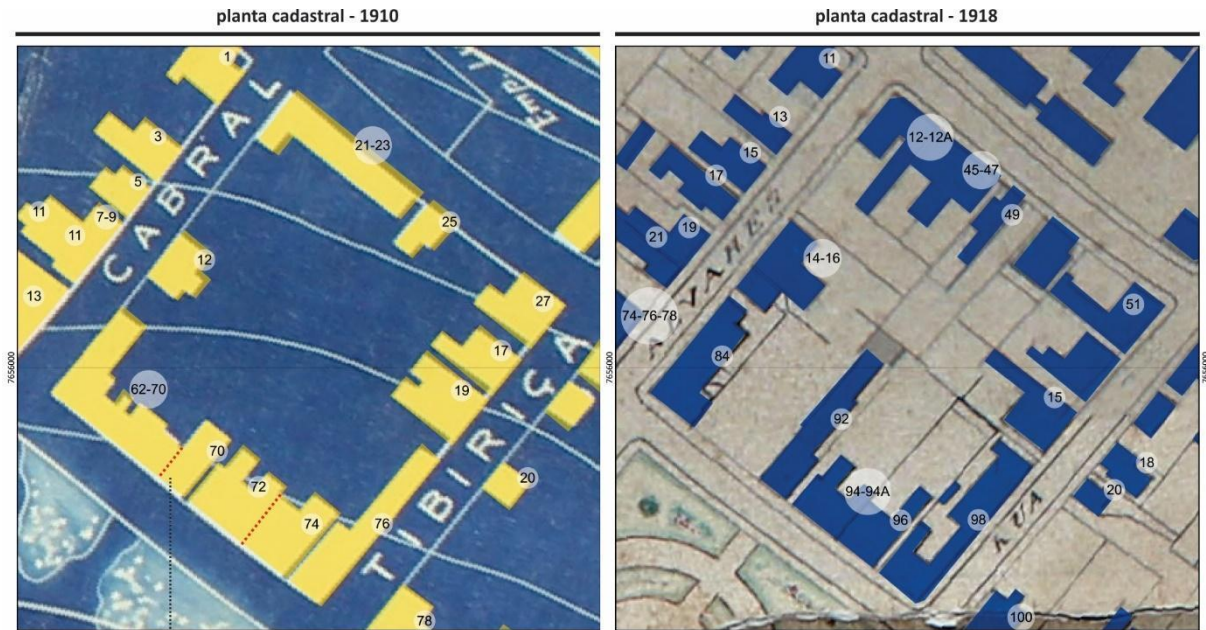
livro de impostos prediais - 1918					planta cadastral - 1918
número do lançamento	nome do proprietário	número do imóvel	valor do locativo	valor do imposto	
287	Julio Bonnacora	28-30-32	3408,000	190,000	
288	"	34-36-38	6200,000	270,000	
289	Joaquim Serra	40-42	5600,000	290,000	
290	Abraão Assunção	44	1200,000	60,000	
416	Abraão Assunção	25	1800,000	90,000	
417	Maria dos Santos	46-44 J.B	3320,000	300,000	
418	Pisento Vicari	19-17	6800,000	240,000	
419	"	15	3600,000	180,000	

Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir de livro de impostos e planta cadastral de 1918, disponíveis no APHRP.

Já na planta cadastral de 1910, além de os lotes não estarem representados, as edificações não possuem contorno, isto é, não se pode precisar os limites entre elas, no caso de implantações sem afastamentos laterais. Em trechos de menor densidade ocupacional, isso não foi um impedimento, como é o caso da Figura 7, que mostra um trecho da Avenida Jerônimo Gonçalves onde as edificações estão isoladas umas das outras. Todavia, há testadas de quarteirões com grandes manchas representando construções geminadas. A princípio, pareceu-nos impossível individualizar as edificações ali contidas, sobretudo porque a maioria delas foi demolida. No entanto, se não o fizéssemos, dificilmente conseguiríamos reconhecer o sistema de numeração vigente naquele ano, bem como localizar os projetos aprovados até 1918. Buscamos então identificar as edificações que compunham essas “manchas”, utilizando como referências a divisão de lotes e os vetores de 1918 (Figura 9).

Em seguida, aos vetores das edificações associamos os dados do livro de impostos para o ano de 1910 referentes ao nome do proprietário, nome da rua e número do imóvel. Evidentemente, assumimos aqui o risco de imprecisões inerentes à espacialização de dados na escala do edifício, conforme já nos alertava Bueno (2018). Ainda assim, os resultados obtidos nos permitiram se não precisar, ao menos, ter uma noção bastante próxima da real localização de muitos dos projetos aprovados entre 1910 e 1918. Ademais, considerando que somente em 1939 seria realizado um novo cadastro urbano, com os dados atribuídos aos vetores, pudemos estimar também a localização dos projetos de novas edificações, aprovadas a partir de 1918 para os lotes que até então se encontravam vazios.

Figura 9: Vetores sobre as plantas cadastrais de 1910 e 1918.

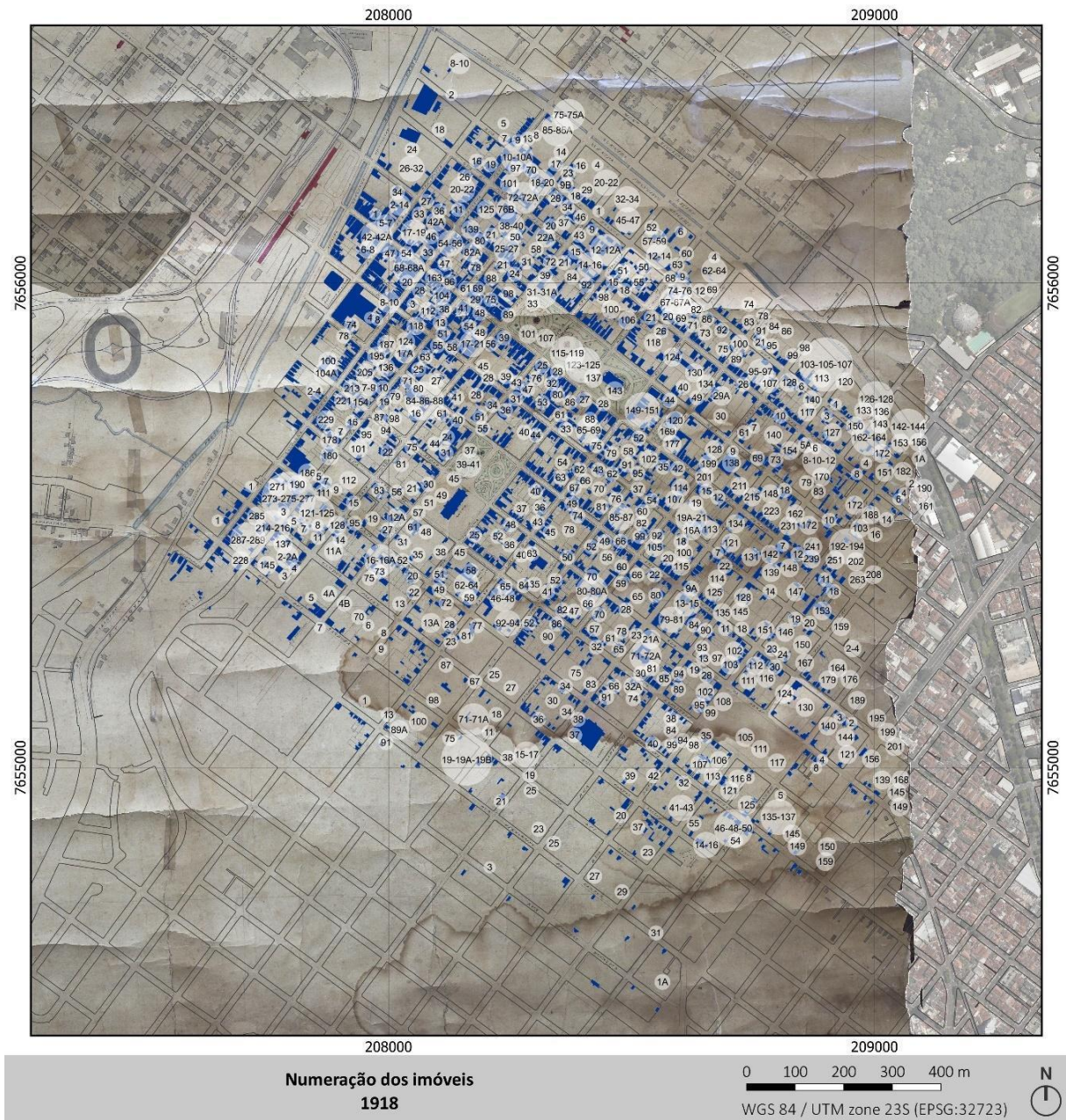


desmembramento de vetores e individualização das edificações para atribuição de número conforme livro de impostos

Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir das plantas cadastrais disponíveis no APHRP.

A Figura 10 apresenta o resultado do processo de reconhecimento do sistema de numeração predial de todo o Quadrilátero Central vigente em 1918. Os dados cadastrados em SIG viabilizam a localização dos projetos de arquitetura tanto pelo antigo número predial como pelo nome do proprietário. Também viabiliza a consulta de projetos de edificações preservadas por meio de coordenadas geográficas, o que pode vir a facilitar a realização de pesquisas históricas atreladas à execução de projetos de restauro e conservação.

Figura 10: Numeração predial sobre a planta cadastral de 1918.



Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir de livro de impostos e planta cadastral de 1918, disponíveis no APHRP.

4. Especialização de obras particulares

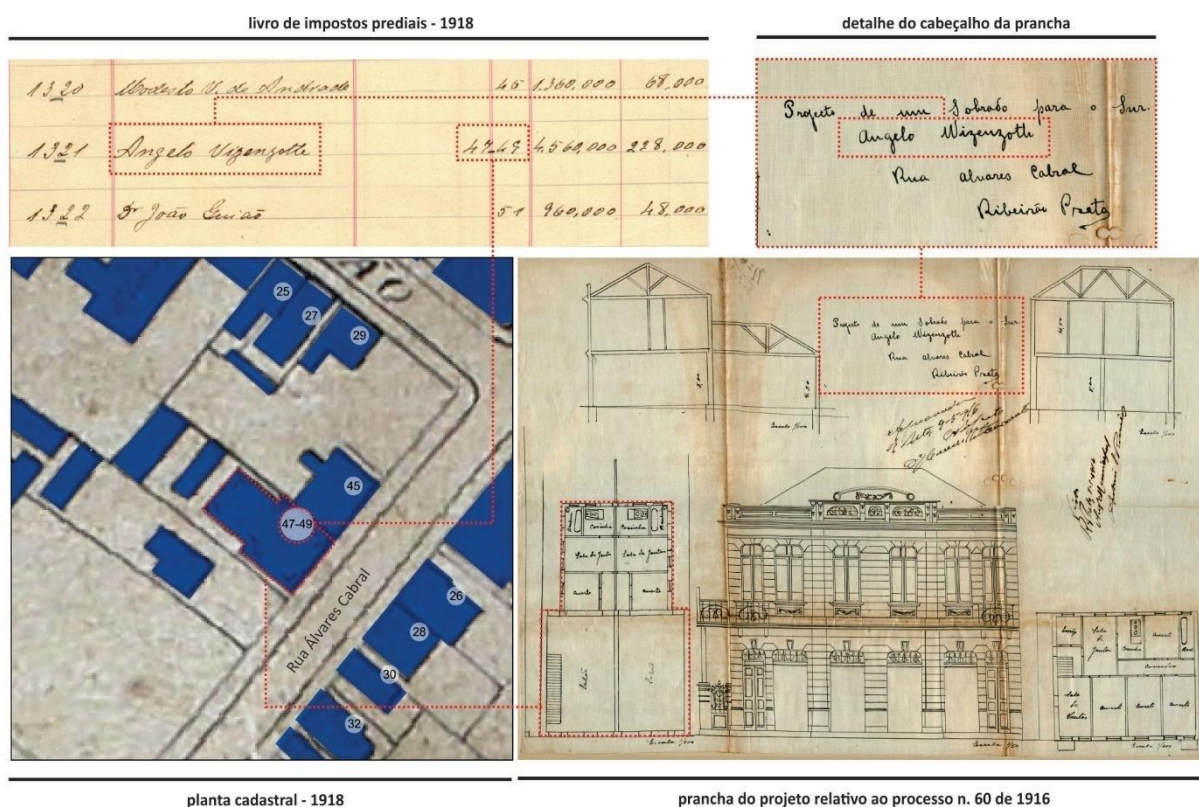
Uma vez georreferenciadas e vetorizadas as plantas cadastrais e atribuídos os dados a partir dos livros de impostos prediais, iniciamos a especialização dos projetos de arquitetura do acervo de obras particulares do APHRP. Especializamos dados inclusive dos projetos que não foram escaneados devido à fragilidade do material com base nos dados existentes nas capas dos processos, o que certamente implicou em algumas lacunas, mas evitou comprometer ainda mais o estado de conservação desses documentos.

Criamos uma camada no QGIS específica para inserir os dados relativos aos projetos arquitetônicos. Dentre os dados, citamos o ano do projeto, os nomes dos profissionais (projetistas, construtores, engenheiros, arquitetos e/ou empreiteiros) e do proprietário, uso, natureza do projeto, número do processo do APHRP e endereço atual. Abrimos também um campo para vincular diretamente os dados georreferenciados em SIG às imagens das pranchas de projeto digitalizadas. Desse modo, é possível ter acesso direto ao conteúdo gráfico e aos dados dos projetos com base em coordenadas geográficas.

A seguir exemplificamos a aplicação do método de geolocalização dos projetos a partir de dois casos exemplares, sendo que o primeiro se refere a um imóvel demolido e o segundo a uma edificação parcialmente preservada.

Na Figura 11, temos o sobrado de uso misto projetado em 1916 para o Sr. Angelo Wizenzotte, localizado na Rua Álvares Cabral. Na capa do processo e na prancha de projeto, não é informado o número do imóvel.

Figura 11: Processo de localização do imóvel de Angelo Wizenzotte



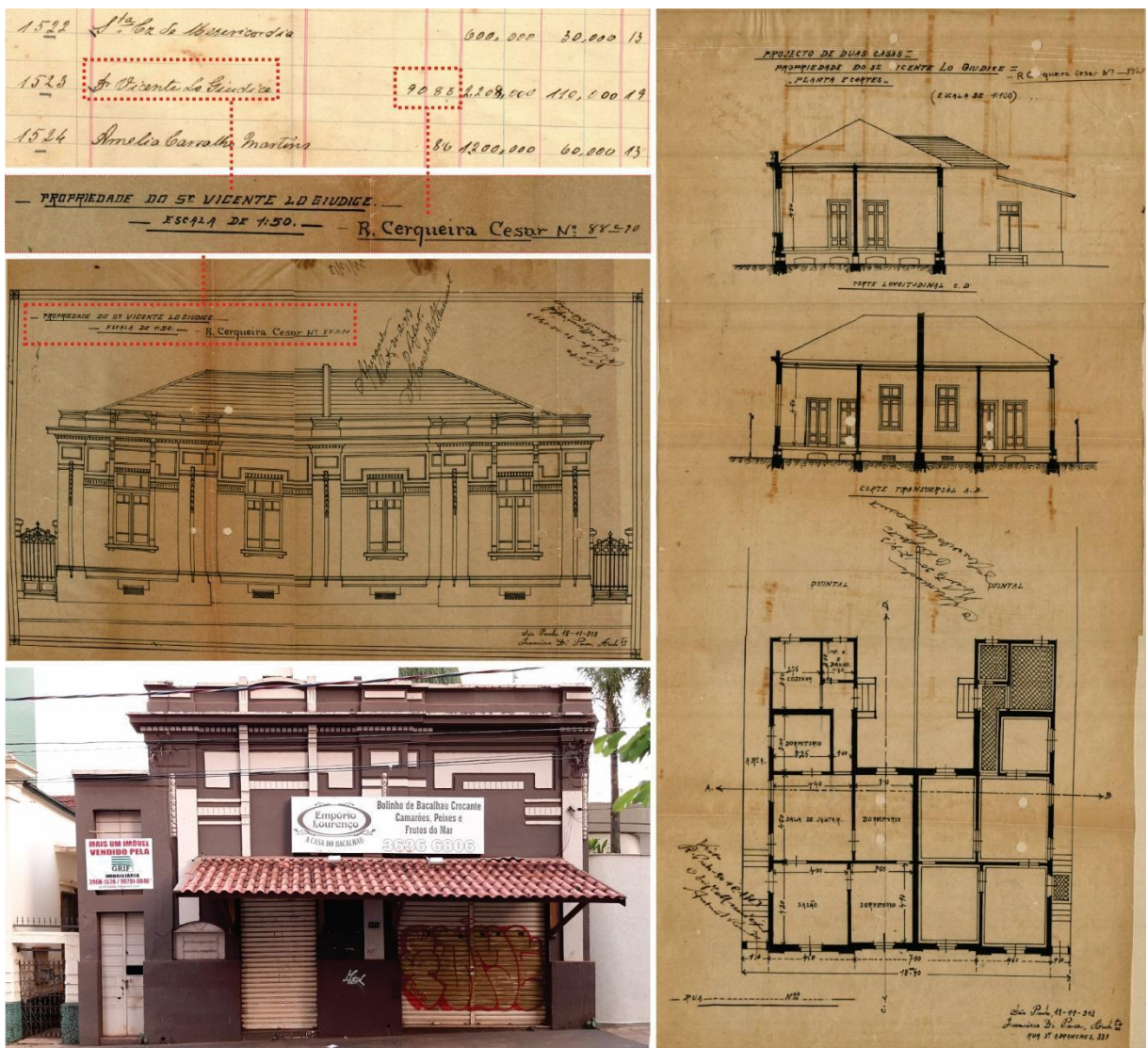
Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir de livro de documentação do APHRP.

Porém, o nome de Wizenzotte consta na relação de imóveis da Rua Álvares Cabral no livro de impostos prediais de 1918, inscrito sob os números 47 e 49. Além dessa informação, confirmamos a localização do projeto ao compararmos as características de geometria e a implantação do edifício. Na demarcação em vermelho feita na Figura 9, verificamos que o formato simétrico do prédio foi precisamente reproduzido na planta cadastral de 1918. Ademais, chamamos a atenção aqui à implantação do sobrado, sem recuo frontal, mas com um recuo lateral, ao longo do qual se desenvolve um corredor de acesso ao fundo do terreno. No projeto de Wizenzotte, previa-se uma edificação com dois pavimentos, sendo o térreo de uso comercial e o superior residencial. Na planta cadastral de 1918, o engenheiro Raphael Schettini, responsável pelo desenho, utilizou de uma

simbologia específica para representar os imóveis assobradados: como vemos na imagem, nas quinas do sobrado há um “L” desenhado. Muito provavelmente, esse cadastro continha uma legenda. No entanto, como houve consideráveis perdas nas bordas da folha, tais informações não chegaram até nós. Desse modo, ao cruzarmos diferentes fontes, pudemos compreender melhor tais simbologias e suas relações com as características edilícias do Quadrilátero Central.

Na Figura 12, o projeto arquitetônico reproduzido corresponde a uma edificação cuja fachada permaneceu parcialmente conservada. A porção remanescente está inscrita sob o número 875, mas, à época da aprovação do projeto, correspondia a uma edificação geminada, inscrita sob os números 88 e 90. Encontramos este dado tanto na prancha de desenho como no livro de impostos. Especificamente nas pranchas, constam ainda os nomes do projetista, Francisco di Pace, e do construtor, o italiano Vicente Lo Giudice, que também era o proprietário do imóvel.

Figura 12: Processo de localização do imóvel de Vicente Lo Giudice



Fonte: Material da pesquisa elaborado a partir de livro de documentação do APHRP; Material da pesquisa, 2021 (foto).



Esse último exemplo reforça as interlocuções possíveis entre os acervos de arquitetura e a paisagem material, aproximando os documentos de arquivo ao patrimônio edificado. Uma aproximação talvez necessária às pesquisas em história da arquitetura e história urbana, já que ambos estão diretamente relacionados à produção edilícia e à produção da cidade.

5. Conclusão

O acervo de obras particulares do APHRP abrange edificações projetadas em diferentes estilos, dentre os quais citamos o ecletismo, o *art decó*, o neocolonial e o moderno, além de tipologias arquitetônicas marcantes na paisagem da primeira metade do século XX. Mais do que as características estilísticas e formais representadas individualmente nas pranchas de projeto, há uma relação intrínseca entre a produção edilícia e a produção da cidade, cuja compreensão solicita a espacialização de dados. Para tanto, são necessários métodos com procedimentos específicos que viabilizem a localização espacial de documentos primários.

Utilizamos da sistemática de lançamento de impostos prediais associada às representações cartográficas para decifrar os números prediais vigentes em 1910 e em 1918. A partir desse reconhecimento, conseguimos obter ao menos dois parâmetros para associar coordenadas geográficas aos projetos de obras particulares: o nome do proprietário e o número do imóvel. Assim, conseguimos localizar mesmo os processos que não continham a indicação do número do imóvel por meio da consulta pelo nome do proprietário e vice-versa. A localização dos projetos aprovados depois de 1918 não teve o mesmo grau de precisão, ainda assim, ela nos serviu como uma referência, permitindo-nos estimar a localização de projetos aprovados entre 1918 e 1939, quando teve início um novo cadastro urbano, desta vez, com pranchas individualizadas das quadras urbanas e que só seria concluído em 1942. Um material valiosíssimo, que se manteve em uso, pelo menos, até a década de 1960, nele sendo atualizadas informações relativas à atividade edilícia.

A partir do método e dos dados georreferenciados, conseguimos entrever aspectos históricos da transformação urbana, que se refletem na paisagem atual. Por exemplo, ao sobrepor as plantas de 1910 e 1918 às fotos aéreas mais recentes, verificamos quais imóveis foram preservados, quais foram demolidos e quais foram reformados. Ou ainda, ao georreferenciar os dados de cada uma das edificações, quantificamos e localizamos imóveis de proprietários que, desde o início do século XX, investiram na formação de um mercado imobiliário rentista, assim como verificado por Bueno (2016b) na capital paulista. Tais abordagens se ampliam ainda mais quando cotejamos os dados aqui apresentados a outros levantados na pesquisa, como por exemplo as fotografias e os dados de comércio e indústria presentes tanto nos almanaques como nos livros de impostos de profissões.

O método que desenvolvemos com base em SIG teve como principal finalidade a localização dos projetos que integram os recortes temporal e espacial da nossa pesquisa de doutorado, mas certamente também pode contribuir para a revisão do atual sistema de busca utilizado pelo APHRP, frente às muitas incompatibilidades derivadas das mudanças de endereçamento dos imóveis. Isso significa que a pesquisa pode devolver ao APHRP um banco de dados georreferenciados, por meio do qual podem ser feitas consultas diretas aos processos de obras particulares, sem a necessidade de solicitar folhas de informações em outros órgãos, sobretudo pela sua ineficácia no caso de projetos aprovados antes de 1948. A facilidade de acesso a esses processos poderia, assim, contribuir para dar visibilidade a esse acervo, sobretudo às obras de caráter menor, muitas das quais resistiram ao tempo na paisagem urbana, mas não se sabe até quando. E, vislumbrando-se para além das atribuições de preservação, gestão e acesso não só dos processos de obras particulares, mas de todo o acervo do APHRP, a pesquisa abre possibilidades de difusão dos documentos por meio de plataformas *on-line*, como os chamados *SIG-Web* e *Web Mapping*, reforçando assim a “dimensão popular e cultural” (FERREIRA, 2021) dos arquivos públicos.



Nesse sentido, deixamos nossa contribuição, ressaltando que se trata de uma pesquisa em andamento e em vias de aprimoramento, mas com amplas possibilidades de reprodução metodológica.

6. Referências

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP). **Guia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: O Arquivo, 1996.

AZOULAY, Ariella. Archive. **Political Concepts**, New York, jul. 2017. Disponível em: <http://www.politicalconcepts.org/archive-ariella-azoulay>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BOL, Peter *et al.* **A Global Historical GIS (GH-GIS) Project Center for Geographic Analysis**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: <https://gis.harvard.edu/publications/global-historical-gis-gh-gis-project>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)**. São Paulo: Edusp, 2016b.

BUENO, Beatriz. Arqueologia da Paisagem Urbana: SIG Histórico e Mercado Imobiliário. Reconstituição do Centro Histórico de São Paulo (1809-1942). In: XIV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. CIDADE, ARQUITETURA E URBANISMO. VISÕES E REVISÕES DO SÉCULO XX, 2016, São Carlos. **Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidade, Arquitetura e Urbanismo. Visões e revisões do século XX**. São Carlos: IAU-USP, 2016a. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/44.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Tipología de la edificación**. Estructura de le spacio antropico. Madrid: Celeste Ediciones, 1995.

EMBOABA, Osmani. História da fundação de Ribeirão Preto. **Revista de História**, [s. l.], v. 10, n. 21-22, p. 339-438, 1955. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36454>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. **Manual de tratamento de documentos de arquitetura**. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2021.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). Rede de Acervos de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/rede-de-acervos-de-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 13 ago. 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Gustavo Giovannoni**. Textos escolhidos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda Consideração Intempestiva**. São Paulo: RelumeDumará, 2003.

PESAVENTO, Sandra. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, [s. l.], v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163491>. Acesso em: 13 ago. 2021.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Complementar nº 2.157 de 08 de janeiro de 2007**. Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Câmara Municipal, 2007.

RIBEIRÃO PRETO. **Leinº 29 de 25 de maio de 1948**. Dispõe sobre o emplacamento de prédios, vias e



logradouros públicos e particulares. Ribeirão Preto: Câmara Municipal, 1948.

ROSA, Lílian de Oliveira; REGISTRO, Tânia. **Ruas e Caminhos: Um Passeio Pela História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Editora e Gráfica Padre Feijó, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2012.

SEVERO, Ricardo. A Arte Tradicional no Brasil. In: ARTÍSTICA, Sociedade de Cultura (org.). **Conferências 1914-1915**. São Paulo: Typographia Levi, 1916. p. 37-82.

TATSCH, Flavia Galli; KARNAL, Leandro; A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, pp 9 - 26.

ANA TERESA CIRIGLIANO VILLELA

Professora Substituta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria - campus Cachoeira do Sul, na área de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Membro do Icomos-Brasil, do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios. (IAU-USP) e do Grupo de Pesquisa Representações do Lugar (FAU-UFAL). Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) desde 2019. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto. Possui mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC/ Unicamp, 2015) e graduação em Arquitetura e Urbanismo (Uniube, 2010).

Contribuição de coautoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Software; Supervisão; Validação; Visualização; Redação - rascunho original; Redação - revisão e edição.

MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI

Professora Sênior do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - IAU/USP. Participa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - IAU/USP como docente e orientadora de mestrado e doutorado. Líder do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios. Parecerista ad hoc da FAPESP, CAPES e diversas revistas científicas. Membro Associado Fundador do CICOP/Brasil (desde 2008). Membro titular do CONDEPHASC - São Carlos, SP (2005-2007; 2018-2020). Membro titular do Conselho Curador da Fundação Pró-Memória de São Carlos (2015-2017). Membro da Associação Pró-Casa do Pinhal - São Carlos, SP (2005-2018). Membro do Instituto Souza Campos - São Carlos, SP (desde 2006). Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP (1991). Mestre pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - EESC/USP (1983). Graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1976).

Contribuição de coautoria: Análise; Supervisão; Validação; Visualização; Redação - revisão e edição.



Como citar: Villela, Ana Teresa Cirigliano; Bortolucci, Maria Angela Pereira de Castro e Silva. (2022). Acervos de arquitetura e SIG-Histórico: decifrando os antigos sistemas de numeração predial. *Paranoá*, (32), 1–24. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.11>

Editoras responsáveis: Maria Cristina da Silva Leme, Daniela Ortiz, Liz Sandoval.